

Calma, a República não caiu; apenas certos líderes

Observamos nos últimos anos, especialmente nesta década, mudanças aparentemente fundamentais para o futuro do Brasil. Com o tempo - não sabemos quando - iremos identificar novos fundamentos na sociedade, cuja crise de personalidade afeta hoje as próprias estruturas. Não é tempo de desespero, mas de esperança, apesar da cruel realidade.

Crescimento real na economia com a criação da nova moeda e certa modernização da administração pública, nos anos 1990; estabelecimento de políticas públicas com vistas a mudar o quadro de injustiças sociais, especialmente com a repartição nem sempre correta da riqueza nacional; avanços e recuos na política educacional; recrudescimento da insegurança cidadã ou pública, revelando a fragilidade do Estado no combate à violência; progresso nas ciências e nas tecnologias, principalmente nas disciplinas ligadas à informática, desterritorializando, remodelando, desestruturando e reestruturando conceitos; desarranjos sociais favorecidos, dentre outros fatores, pelas alterações nos valores morais, éticos, cívicos e familiares; sentido de individualismo exacerbado através do qual o “eu” prevalece sobre o “nós”, o conjunto, o interesse geral, valorizando o “salve-se-quem-puder”; expansão e invasão geopolítica da economia internacional, impactando costumes, hábitos de consumo etc, são marcas da sociedade contemporânea permeada de incertezas.

Ao mesmo tempo em que assistimos, pela televisão e pela internet, às reorganizações e desorganizações políticas, econômicas e sociais na Europa, nos Estados Unidos e no Oriente, realizamos eleições de dois em dois anos para “renovar” - assim, entre aspas - os quadros de gestores e legisladores, os quais, por iniciativa própria, pouco efetivamente introduzem na sociedade complexa em atendimento aos reclamos da atualidade, da ultramodernidade, das carências históricas dos grupos humanos espalhados pelo interior do Brasil. Significa dizer que vemos discursos e práticas políticas antigas, mas aprovadas eleitoralmente, secularizando um círculo vicioso contra o qual a própria sociedade se posiciona sem demonstrar nenhum remorso.

Em meio a esse turbilhão, escondidos nas oportunidades que os cargos e a relevância eventual lhes oferecem, algumas personalidades entrecruzam público e privado, invadem, com sutileza, a ignorância social em torno do fazer administrativo e político e se aliam, ao praticarem atos ilícitos, para a permanência no poder e o enriquecimento vergonhoso fruto da usura, do roubo, do furto.

Nomes há muitos a qualificar tais procedimentos. Dois deles foram socializados pela mídia: mensalão e petróleo. Substantivados e adjetivados pejorativamente, protagonistas e beneficiários, sujeitos da ação política e pública, fogem à regra da urbanidade, da legalidade, da publicidade, da moralidade, da eficiência, da impessoalidade e de outros princípios constitucionais e administrativos. Ou seja, viajam a barbáries, emperram a administração pública e se organizam em quadrilhas para assaltar e matar os mesmos eleitores que lhes legitimam a autoridade e lhes dão o poder legal e constitucionalmente reconhecido.

São maus; são perversos. Humanos que são, na sua perversidade, essas personalidades se celebrizam na mediocridade, na injustiça, no compadrio, na traição. Traem uns aos outros, traem-se entre si e, na construção dos castelos de areia da corrupção, matam-se, barbarizados pelo poder político, pelo dinheiro, pela aparência, pela ostentação de riquezas amealhadas com os crimes.

Aos poucos vão caindo. Mas, ao caírem, amedrontam a todos tamanha é a dimensão das falcatruas. Falsos líderes cujas lideranças não aguentam duas décadas de exposição real.

Domingos Bezerra Filho

Editorial do Jornal da Teresina 2ª Edição de 04.12.18

